26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
ISSN 2177-3688

GT 11 – Informação & Saúde

PERSPECTIVAS HISTÓRICA E INFORMACIONAL SOBRE A SAÚDE YANOMAMI: O PAPEL DA CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA MANUTENÇÃO DA VIDA

HISTORICAL AND INFORMATIONAL PERSPECTIVES ON YANOMAMI HEALTH: *THE ROLE OF ENVIRONMENTAL CONSERVATION IN SUSTAINING LIFE*

Jeferson Lau da Silva – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Magnolia Rejane Andrade dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)
Ronaldo Ferreira de Araujo – Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo analisa a crise sanitária e ambiental enfrentada pelo povo Yanomami na Amazônia. O objetivo da pesquisa é investigar a interseção crítica entre a conservação ambiental e a saúde dessa população indígena. A metodologia baseia-se em uma pesquisa documental. Sob a ótica da Ciência da Informação e da Saúde Coletiva, esta perspectiva alinha-se à natureza da Ciência da Informação que, por sua vocação essencialmente interdisciplinar, busca compreender fenômenos complexos ao articular saberes diversos. A série temporal abrange dados de 1999 a 2025, integrando boletins epidemiológicos, normativas jurídicas, relatórios governamentais e documentos de ONGs e organismos internacionais. Os resultados demonstram uma correlação direta entre o avanço do desmatamento e o agravamento das condições de saúde indígena. A mineração ilegal provoca a contaminação por mercúrio de cursos d'água e aumentam drasticamente a incidência de malária e infecções respiratórias. A destruição ambiental causa insegurança alimentar severa e ameaça o conhecimento medicinal tradicional devido à perda de biodiversidade. A análise histórica revela que as políticas estatais, desde a Ditadura Militar, negligenciaram direitos territoriais, transformando a gestão da informação em instrumento de poder. Os relatórios independentes da ONU e de ONGs atuam como ferramentas contra-hegemônicas essenciais para denunciar violações e garantir transparência. O estudo reafirma que a saúde Yanomami é indissociável da manutenção e integridade de seu território protegido. Conclui-se que mitigar essa crise exige um modelo de governança inclusivo, o fortalecimento de políticas públicas intersetoriais e a participação ativa dos indígenas nos processos decisórios.
Palavras-chave: informação; saúde; Yanomami; meio ambiente; desmatamento; políticas públicas.

Abstract: This study analyzes the health and environmental crisis faced by the Yanomami people in the Amazon. The research aims to investigate the critical intersection between environmental conservation and the health of this indigenous population. The methodology is based on documentary research. From the perspective of Information Science and Public Health, this approach aligns with the nature of Information Science, which, by its essentially interdisciplinary vocation, seeks to understand complex phenomena by articulating diverse knowledge. The time series covers data from 1999 to 2025, integrating epidemiological bulletins, legal regulations, government reports, and documents from NGOs and international organizations. The results demonstrate a direct correlation between the advance of deforestation and the worsening of indigenous health conditions. Illegal mining causes mercury contamination of waterways and drastically increases the incidence of malaria and respiratory infections. Environmental destruction causes severe food insecurity and threatens traditional medicinal knowledge due to biodiversity loss. Historical analysis reveals that state policies, since the Military Dictatorship, have neglected territorial rights, transforming information management into an instrument of power. Independent reports from the UN and NGOs act as essential counter-hegemonic tools to denounce violations and ensure transparency. The study reaffirms that Yanomami health is inseparable from the maintenance and integrity of their protected territory. It concludes that mitigating this crisis requires an inclusive governance model, the strengthening of intersectoral public policies, and the active participation of indigenous peoples in decision-making processes.
Keywords: information; health; Yanomami; environment; deforestation; public policy.

1 INTRODUÇÃO

A saúde dos povos indígenas tem sido historicamente um indicador sensível das condições sociais e ambientais as quais estão submetidos. No Brasil, os Yanomami, um dos maiores grupos indígenas da Amazônia, enfrentam um contexto de crise sanitária profunda que reflete não apenas questões de saúde pública, mas também um fenômeno ligado intrinsecamente à preservação de seu território e, por conseguinte, ao meio ambiente que habitam. A compreensão da saúde dos Yanomami é inseparável de sua relação com a floresta amazônica, que lhes proporciona recursos essenciais para subsistência e garante a sustentabilidade de seu modo de vida (Coimbra; Santos; Escobar, 2003).

Nos últimos anos, o desmatamento e a degradação ambiental provocados pelas atividades econômicas desenfreadas, como a mineração e a exploração madeireira, têm imposto sérias ameaças à saúde e à vida dos Yanomami. Essa destruição ambiental, impulsionada muitas vezes por lacunas políticas e econômicas, promove não apenas mudanças drásticas nos ecossistemas locais, mas também modifica a dinâmica das doenças infecciosas, aumenta a escassez de recursos naturais e diminui a qualidade de vida das populações indígenas, que são tradicionalmente dependentes do seu entorno natural (Silva, 2022).

A dicotomia entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental emerge como um ponto de tensão, e os Yanomami estão na vanguarda desta batalha em curso. A disputa

pela demarcação de suas terras ao longo das décadas marca um cenário de resistências e desafios que vão além dos aspectos legais, englobando também a negação dos seus direitos por parte de estruturas governamentais, notadamente no período da Ditadura Militar. Durante esse regime, políticas indigenistas miraram a integração dos povos nativos, frequentemente resultando em violações sistemáticas dos direitos e em situações de quase aniquilação dos modos de vida Yanomami (Fiuza; Dutra, 2024).

A noção de "saúde-território" aprofunda essa discussão, sinalizando que a saúde física, social e cultural dos Yanomami é profundamente influenciada pela integridade territorial. Dentro desse conceito, é essencial entender que a dissolução da barreira entre saúde pública e conservação ambiental cria uma perspectiva através da qual problemas históricos e contemporâneos devem ser reinterpretados (Watanabe; Pscheidt; Rodrigues, 2024).

Sob a ótica da Ciência da Informação e da Saúde Coletiva, entende-se que a saúde dos Yanomami está intrinsecamente ligada à sua relação com a floresta. Essa visão se aproxima da própria natureza da Ciência da Informação, que, por ser essencialmente interdisciplinar, busca compreender fenômenos complexos ao articular diferentes saberes. Nesse sentido, Souza (2012) destaca que a análise da epistemologia interdisciplinar nesse campo evidencia um projeto de integração de conhecimentos, traduzido em constante movimento multidisciplinar e em permanente reestruturação do objeto de estudo.

A relevância deste estudo justifica-se, portanto, pela necessidade de os profissionais da informação estruturarem fluxos de dados que espelhem a interdependência entre o indivíduo, sua cultura e o meio ambiente, transformando registros e monitoramentos em instrumentos de salvaguarda e denúncia pública.

Contudo, embora a relação entre degradação ambiental e saúde seja evidente, ainda persiste uma lacuna na compreensão de como as políticas públicas e as decisões governamentais foram documentadas e silenciadas ao longo do tempo. Diante disso, emerge o seguinte problema de pesquisa: De que maneira os registros documentais e normativos refletem as barreiras históricas e políticas na gestão da saúde e dos direitos territoriais do povo Yanomami?

Para responder a essa questão, este artigo tem como objetivo analisar a interseção crítica entre a conservação ambiental e a saúde do povo Yanomami, identificando como a legislação e a governança moldaram suas condições de vida. Para tanto, adota-se uma

abordagem de pesquisa documental, voltada para a recuperação e interpretação de registros históricos e normativas que lançam luz sobre os discursos e as consequências duradouras das políticas indigenistas no Brasil.

A análise histórica e documental, neste caso, não serve apenas para catalogar eventos passados, mas para lançar luz sobre discursos, decisões políticas e suas consequências duradouras. Documentos e normativas ao longo dos anos evidenciam tanto as evoluções quanto as barreiras permanentes na gestão dos direitos indígenas no Brasil (Miranda; Albino, 2025).

Hoje, com o auxílio de ONGs e organismos internacionais, há uma crescente demanda por transparência e responsabilidade na proteção dos direitos dos povos indígenas. Monitoramentos que antes se concentravam na coleta de dados básicos passaram a constituir instrumentos poderosos de denúncia e salvaguarda, enfatizando a importância das informações contra informativas na manutenção do debate público. Movimentos indígenas, por meio de registros documentais, atuam como agentes de transformação, pressionando por políticas públicas eficientes e sustentáveis (Silva, 2022).

Esta introdução posiciona a conservação ambiental como um elemento não apenas de proteção a curto prazo, mas como um pilar essencial da política de saúde indígena. Por meio de um exame aprofundado das raízes históricas e das consequências, criando a necessidade urgente de políticas indigenistas baseadas em justiça ambiental e respeito aos direitos humanos.

2 TERRITÓRIO, POLÍTICAS INDIGENISTAS E SAÚDE YANOMAMI

A convergência entre a Ciência da Informação e a Saúde Coletiva revela-se como um campo estratégico para a efetivação de direitos fundamentais. Conforme postulam os estudos da área, a gestão da informação em saúde está diretamente ligada ao aperfeiçoamento da assistência, servindo como suporte indispensável para a governança em múltiplas dimensões (Cardoso; Araújo; Oliveira, 2025).

O cuidado ao paciente, nesse contexto, é instituído de forma rigorosa nos serviços de saúde por meio da autoridade normativa do Ministério da Saúde (MS), cujos decretos, leis e portarias regulamentam não apenas o acesso técnico, mas também a própria natureza da atenção prestada (Silva; Farias; Silva; Oliveira, 2022).

No âmbito das populações tradicionais, contudo, essa "normatividade informacional" precisa dialogar com a realidade socioambiental, uma vez que a saúde dos povos indígenas, particularmente dos Yanomami, constitui um campo complexo que interrelaciona aspectos antropológicos, ambientais e políticos.

A literatura existente fornece uma compreensão clara do modo como o território e a saúde se entrelaçam, frequentemente sugerindo que a destruição ambiental e a precarização dos direitos são forças motrizes que comprometem a saúde indígena (Buchillet, 2007).

Um dos pilares dessa discussão envolve a análise das políticas indigenistas brasileiras ao longo dos anos, com foco nos impactos das ações estatais na vida dos povos indígenas. Durante o período da Ditadura Militar (1964-1985), políticas de integração e assimilação ignoraram a proteção dos direitos indígenas, muitas vezes conduzindo a uma violência que deixou marcas profundas na história dos Yanomami. Tais políticas frequentemente desconsideraram as reivindicações de demarcação territorial, tratando os indígenas como obstáculos para o desenvolvimentismo (Miranda, 2024).

A demarcação das terras Yanomami, realizada somente no início da década de 1990, representou um marco jurídico significativo após anos de reivindicações e tensões. Contudo, a literatura evidencia que apesar desse avanço legal, a plena efetividade na proteção dessas áreas ainda enfrenta inúmeros desafios, incluindo a falta de vontade política e a pressão das indústrias mineradoras (Memória, 2021).

Este aspecto da discussão é amplamente sustentado por estudos que indicam como a presença e interesses econômicos externos contribuem para a contínua degradação ambiental, afetando diretamente a saúde das populações indígenas.

As consequências do desmatamento e da ocupação ilegal em terras Yanomami são igualmente destaque em várias pesquisas, que ligam a presença de mineradoras ao aumento da vulnerabilidade às doenças infecciosas, como a malária, e à contaminação por mercúrio. Tais achados sublinham a necessidade de um olhar político-crítico sobre as transformações territoriais e seus impactos sobre a saúde pública (Memória, 2021).

No âmbito das políticas públicas de saúde destinadas aos povos indígenas, há uma contínua crítica sobre a adequação delas considerando as especificidades culturais e territoriais dos Yanomami (Vasconcelos, 2025).

Além dos documentos acadêmicos, relatórios de monitoramento de organizações internacionais e ONGs oferecem um complemento vital a esta revisão de literatura. Organizações como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de seus relatórios e ações de advocacy, têm desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos Yanomami, documentando violações e apelando para a implementação de políticas mais justas e sustentáveis (Memória, 2021).

A literatura, portanto, converge na premissa de que sem a preservação de seus territórios tradicionais, a saúde e a cultura dos Yanomami continuam sob ameaça. À luz das evidências disponíveis, a revisão de literatura reafirma que a interseção entre o ambiente e políticas inclusivas é vital para garantir não apenas a sobrevivência física dos Yanomami, mas também a preservação de sua identidade cultural.

3 METODOLOGIA

O desenvolvimento de uma compreensão aprofundada sobre a intersecção entre a conservação ambiental e a saúde do povo Yanomami requer uma abordagem metodológica que permita a análise detalhada dos documentos históricos e legais.

A escolha pela pesquisa documental como método para esta investigação emerge da necessidade de estudar contextualmente a evolução das políticas indigenistas e seus impactos nas condições de vida e saúde dos povos Yanomami.

O primeiro passo na utilização desta metodologia é a seleção criteriosa de documentos que sejam relevantes para a compreensão histórica e da situação de saúde dos Yanomami e sua relação com o meio ambiente. Isso inclui documentos legislativos e relatórios políticos que documentam a evolução das políticas de demarcação de terras indígenas no Brasil.

3.1 PESQUISA DOCUMENTAL

A pesquisa documental é uma estratégia metodológica empregada para coletar, organizar e interpretar informações significativas a partir de documentos que não foram originalmente criados com fins de pesquisa. Conforme apontado por Gil (2002), esse tipo de pesquisa é indispensável quando se pretende acessar e analisar informações registradas, que frequentemente oferecem insights únicos sobre processos históricos e dinâmicas sociais.

A análise dos discursos oficiais, publicada em documentos de organismos do Estado, oferece uma visão crítica sobre as posições tomadas pelo governo ao longo dos anos.

Documentos da FUNAI, por exemplo, documentam tanto o reconhecimento quanto a resistência ao direito às terras pelos povos Yanomami, lancetando assim discussões sobre os direitos dos povos originários e as obrigações do Estado em protegê-los (Pontes, 2019).

Os boletins epidemiológicos recentes são outro componente chave da pesquisa. Estes documentos contêm dados sobre a saúde pública indígena que permitem o traçamento de padrões ao longo do tempo, fornecendo uma conexão clara entre a degradação ambiental e as condições de saúde dos Yanomami. Estudo realizado por Martoredjo (2023) destaca a relação direta entre as atividades mineradoras ilegais em terras indígenas e o aumento de doenças como a malária, além de elevados níveis de mercúrio no sangue, como detectado por instituições médicas atuantes na região.

Essa metodologia não apenas delimita o arcabouço temporal da pesquisa, mas também incorpora uma variedade de fontes que se complementam, oferecendo um prisma múltiplo sobre as condições de saúde Yanomami e sua relação intrínseca com o território.

3.2 FONTES E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

Para garantir que a pesquisa documental seja sólida e relevante, a seleção das fontes documentais foi conduzida de maneira estratégica e criteriosa. O foco principal é assegurar uma representação multifacetada da situação dos Yanomami em relação à conservação ambiental e saúde (Sá-Silva; Almeida; Guindani, 2009).

No total, foram efetivamente analisados 07 (sete) documentos. Para a composição desse corpus documental, estabeleceram-se critérios explícitos e verificáveis de inclusão e exclusão.

Os critérios de inclusão definidos foram considerados os documentos oficiais, relatórios de ONGs, normativas jurídicas e boletins epidemiológicos publicados no recorte temporal de 1999 a 2025.

Os textos que abordassem diretamente a Terra Indígena Yanomami ou a saúde indígena correlacionada a impactos socioambientais na Amazônia, e estudos acadêmicos revisados por pares e relatórios de organismos internacionais (como ONU e CIDH) focados em direitos territoriais.

Como critérios de exclusão, desconsideraram-se, notícias de jornais de circulação comercial sem embasamento técnico ou institucional. E documentos duplicados ou reedições que não trouxessem novos dados epidemiológicos ou jurídicos e relatórios anteriores a 1999

ou que tratassem exclusivamente de outras etnias sem interface com a dinâmica territorial estudada.

A distribuição do corpus analisado compreendeu, a partir de 05 (cinco) documentos governamentais (produzidos por órgãos como FUNAI e Ministério da Saúde), fundamentais para entender a formulação de políticas indigenistas; e relatórios de monitoramento e advocacy de ONGs e entidades internacionais (como ISA e Hutukara); e 22 (vinte e dois) artigos e teses acadêmicas que subsidiaram a análise histórica. O levantamento detalhado das publicações oficiais e relatórios anuais viabilizou a extração de dados brutos sobre o impacto real das omissões estatais na população estudada (Stibich, 2019).

A combinação de documentos governamentais, relatórios de ONGs, literatura acadêmica, e internacional fornece uma robusta base de dados para abordar e compreender as complexas inter-relações entre o território, saúde e a agenda política de conservação ambiental.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A análise de conteúdo sobre emergência e monitoramento da saúde Yanomami (1999–2025) revela um quadro alarmante que conecta diretamente a degradação ambiental às condições de saúde das populações indígenas, cuja interdependências podem ser visualizadas no Quadro 1 que sistematiza os principais eixos temáticos, documentos e resultados.

Quadro 1 - Interdependências entre Saúde, Território e Direitos Indígenas

Eixo Temático	Principais Documentos/Dados	Achados Centrais
Marcos Jurídicos e Políticas de Saúde Indígena	Lei Arouca (1999), Política Nacional (2002), Constituição de 1988, Demarcação Yanomami (1992), Portaria GM/MS nº 28 (2023), Plano de Ação COE-Yanomami (2024)	Avanços normativos importantes, mas persistência de retrocessos e falhas na efetivação dos direitos.
Crise Sanitária e Impactos Ambientais	Boletins epidemiológicos (2023–2025), Relatório Missão Yanomami (2023), Relatórios de emergência e monitoramento	Aumento de malária, infecções respiratórias e desnutrição severa; correlação direta com garimpo ilegal e contaminação por mercúrio; perda de biodiversidade inviabiliza caça e pesca, gerando insegurança alimentar e dependência externa.

Eixo Temático	Principais Documentos/Dados	Achados Centrais
Cultura e Conhecimento Tradicional Yanomami	Relatórios sobre práticas medicinais (Moreira, 2025)	Ameaça ao uso de plantas medicinais; risco de perda cultural e ruptura na transmissão intergeracional.
Governança e Direitos Territoriais	Constituição de 1988, Relatórios legislativos, Auditorias TCU, Relatórios oficiais, ONGs	Invasões recorrentes e mineração ilegal; retórica oficial ambígua; falhas logísticas e burocráticas; lacunas na comunicação comprometem políticas públicas e fragilizam a proteção territorial.
Atuação Internacional e das ONGs	Relatórios ONU, CIDH, ISA, Hutukara	Denúncia de violações, contrainformação e pressão internacional por políticas mais justas.

Fonte: elaborado pelo autor (2026).

A criação da lei Arouca em 1999 para o estabelecimento de atenção a saúde dos povos indígenas e que teve sua consolidação com a política nacional em 2002 com a criação das DSEIs passou por mudanças significativas durante o período crítico no território yanomami entre 2023 e 2025. Os boletins epidemiológicos destes anos apontam um aumento significativo de casos de doenças infecciosas como a malária, infecções respiratórias agudas e quadros de desnutrição severa entre os Yanomami, levando em janeiro de 2023 a publicação da declaração de emergência por meio da portaria M/MS nº 28, marcando assim um avanço na assistência aos povos indígenas. Estudos correlacionam a proximidade das atividades de garimpo com a proliferação da malária, destacando que as áreas próximas a campos ilegais de mineração apresentam incidências muito superiores à média nacional (Fonseca; Oliveira; Menezes, 2025).

A contaminação dos cursos d'água por mercúrio, utilizado no processo de extração do ouro, agrava ainda mais a situação, comprometendo não apenas a saúde imediata, mas também o desenvolvimento a longo prazo das comunidades Yanomami.

Além das questões sanitárias, os relatórios de emergência documentaram condições de suprimento alimentar deterioradas devido à perda de biodiversidade nas áreas impactadas. A caça e a pesca, tradicionalmente sustentadas pela biodiversidade local, tornam-se insustentáveis frente à destruição dos habitats e à contaminação das águas, forçando comunidades a dependerem de assistência externa para suprir suas necessidades básicas

(Oliveira, 2023). Esse aspecto crítico abordado nos documentos de monitoramento foi o impacto cumulativo da degradação ambiental sobre as tradições médicas locais. O conhecimento medicinal tradicional dos Yanomami, que depende do acesso a plantas e ervas específicas, está sob ameaça devido à destruição de ambientes florestais (Moreira, 2025).

Os documentos também revelam disparidades na resposta governamental e na implementação de medidas de saúde pública. Relatos indicam que os esforços para ampliar o acesso a serviços médicos e de emergência foram prejudicados por ineficácias logísticas e falta de recursos, falhas que são sentidas especialmente em territórios isolados (Oliveira, 2023). Em suma, a análise dos documentos de emergência e monitoramento indica que qualquer solução para as crises de saúde Yanomami deve necessariamente integrar iniciativas de conservação ambiental e de respeito aos direitos indígenas.

A análise dos documentos relacionados às normativas e à política indigenista no Brasil revela uma trajetória marcada por avanços pontuais, mas também por grandes desafios persistentes e retrocessos políticos que impactam diretamente a saúde e os direitos dos povos Yanomami. À medida que o COE-Yanomami estruturava as ações ao longo de 2023, os relatórios da Missão Yanomami começaram a desenhar o diagnóstico da precariedade, que passou a ser enfrentada de forma mais sistemática com o Plano de Ação de 2024. A evolução histórica das leis de proteção ao território e à saúde indígena demonstra uma complexa interação entre reconhecimento de direitos e medidas de exploração econômica que frequentemente negligenciam as necessidades e a autonomia dos povos indígenas (Jimenes, 2025).

Historicamente, a Constituição Federal de 1988 é um marco jurídico significativo na proteção dos direitos indígenas no Brasil, ao assegurar o reconhecimento de suas terras tradicionais e estabelecer a obrigação do Estado em demarcá-las. Este texto constitucional estabelece um pacto jurídico para a proteção dos direitos territoriais indígenas, no entanto, a efetivação tem esbarrado em obstáculos práticos e legislativos (Jimenes, 2025).

A análise dos documentos legislativos mostra que, apesar da demarcação legal, essas terras continuam a ser alvo de invasões, especialmente para mineração ilegal, que favorecem interesses econômicos externos em detrimento do direito à autodeterminação dos Yanomami (Silva, 2022).

Outro aspecto crítico identificado é a gestão da informação e a transparência governamental na proteção dos direitos indígenas. A análise de documentos governamentais aponta uma lacuna significativa na comunicação e nas ações efetivas para a proteção dos Yanomami, muitas vezes exacerbada por uma burocracia ineficiente e pela falta de vontade política de setores do governo (Carvalho, 2025).

A resistência política enfrentada pelos Yanomami também é alimentada por discursos ideológicos que buscam minimizar ou negar a importância dos direitos territoriais indígenas. Essa narrativa, que remonta aos tempos da Ditadura Militar, ainda ressoa nos discursos de alguns setores governamentais e empresariais, que veem a floresta como um recurso a ser explorado, em vez de parte integrante do habitat vital de comunidades indígenas (Pontes, 2019).

Assim, a análise das normativas e políticas indigenistas evidencia a necessidade urgente de um comprometimento renovado com a implementação plena das proteções legais existentes. Somente dessa forma será possível criar um cenário no qual a integração entre o desenvolvimento sustentável e a preservação dos direitos humanos possa florescer e oferecer uma luz no caminho para a solução dos desafios enfrentados por essas comunidades.

A atuação de organismos internacionais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) no monitoramento da situação dos povos Yanomami tem se mostrado uma fonte essencial de contrainformação e denúncia, contribuindo de forma significativa para a transparência e pressão por políticas mais adequadas.

Os relatórios de organismos como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) têm evidenciado diversas violações de direitos humanos, documentando invasões de territórios, impactos devastadores de operações mineradoras ilegais e a premente necessidade de assistência à saúde nas comunidades Yanomami. A ONU, por exemplo, por meio de seus relatórios, frequentemente denuncia a falta de proteções efetivas por parte do governo brasileiro, ressaltando a urgência de uma intervenção internacional para garantir os direitos dos Yanomami (Porto, Martinez-Alier, 2007).

O Instituto Socioambiental (ISA), é um exemplo de organizações que conduzem monitoramentos extensivos em campo, frequentemente documentando a degradação ecológica e suas repercussões diretas na vida das comunidades. A presença dessas

organizações em território Yanomami possibilita uma coleta de dados realistas e corretivas à narrativa estatal, que muitas vezes minimiza ou omite o alcance das problemáticas enfrentadas (Melo; Marcelino; Azevedo; Tupinambá, 2023).

Além disso, a importância da transparência documental é reiterada nessas análises, sugerindo que a capacidade de agir em defesa dos direitos Yanomami depende substancialmente de uma documentação precisa e acessível. Um ponto crucial destacado por esses relatórios é a maneira como os Yanomami têm articulado suas próprias vozes na defesa de suas terras e de seu modo de vida. A Hutukara Associação Yanomami, por exemplo, tem se estabelecido como uma plataforma para lideranças locais, amplificando suas preocupações e visões para um público mais amplo, mobilizando campanhas nacionais e internacionais. Esta organização, em particular, tem contribuído para a conscientização internacional e ganho de visibilidade político-cultural dos desafios enfrentados pelos Yanomami (Memória, 2021).

Os relatórios de monitoramento por parte de organismos internacionais e ONGs oferecem uma perspectiva essencial e urgente que complementa as deficiências do panorama fornecido por documentação oficial. A pressão sustentada decorrente deste monitoramento é vital para a salvaguarda dos direitos Yanomami e ilustra o poder da documentação transparente como instrumento de justiça e mudança social (Melo; Marcelino; Azevedo; Tupinambá, 2023).

Os resultados da análise tornam evidente que, para garantir a proteção e a promoção dos direitos dos Yanomami, uma colaboração estreita entre instituições governamentais e não-governamentais e o envolvimento da sociedade civil devem ser estabelecidos. Esse conjunto de esforços é necessário para transformar os dados documentais em ações políticas concretas que respeitem e integrem as ambições e autonomias dos povos Yanomami, promovendo um modelo sustentável de desenvolvimento e preservação cultural.

Em resumo, a análise de dados e interpretação na pesquisa utilizou múltiplas camadas de abordagem, cada uma contribuindo para um entendimento mais profundo das relações entre saúde Yanomami, conservação ambiental e políticas públicas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise aprofundada da relação entre a preservação ambiental e a saúde do povo Yanomami, baseada em documentos históricos e contemporâneos, revelou a complexidade de fatores que interagem para moldar a realidade vivida por esse grupo indígena na Amazônia.

Os resultados demonstram de forma inequívoca que a saúde dos Yanomami está intrinsecamente ligada à integridade de seu território, estabelecendo uma conexão indissolúvel entre a preservação da floresta e a manutenção da vida e da cultura desses povos.

Conforme revelado pela pesquisa, a questão não é apenas de restauração ambiental e proteção da biodiversidade, mas também de justiça social e respeito aos modos de vida tradicionalmente sustentáveis das populações indígenas. A preservação da saúde-território do povo Yanomami deve ser entendida como uma prioridade intrínseca não apenas para a política pública brasileira, mas como uma questão de relevância global, dado o papel crucial da Amazônia na regulação climática do planeta.

Para avançar além dos desafios, as políticas futuras devem incorporar a noção de que não pode haver saúde Yanomami sem floresta preservada. Essa é uma conclusão que ressoa com o compromisso de desenvolver políticas públicas intersetoriais que integrem saúde, direitos humanos e sustentabilidade ambiental em um modelo de governança inclusivo e respeitoso. O fortalecimento da participação indígena nos processos decisórios é imprescindível, reconhecendo a sabedoria e o conhecimento ancestrais dos Yanomami como componentes centrais na formulação de soluções viáveis e duradouras.

É certo que, embora este estudo adicione uma importante camada de compreensão sobre a dinâmica entre saúde, política e meio ambiente, ele também aponta para áreas de investigação que permanecem em aberto. O aprofundamento de estudos que explorem as consequências longínquas das transformações ambientais sobre futuras gerações de Yanomami, bem como a busca por alternativas econômicas viáveis que respeitem o seu modo de vida, são caminhos que merecem maior atenção em pesquisas e políticas subsequentes. Assim, reafirma-se a urgência de unir esforços institucionais, acadêmicos e comunitários para garantir um futuro digno e sustentável para os Yanomami e a Amazônia como um todo.

Apesar da relevância dos achados, é importante reconhecer algumas limitações deste estudo. A análise baseou-se predominantemente em documentos secundários — relatórios oficiais, auditorias, publicações acadêmicas e registros de ONGs — o que pode introduzir vieses decorrentes das perspectivas institucionais de cada fonte. Além disso, não houve coleta direta de dados primários junto às comunidades Yanomami, o que restringe a compreensão das percepções locais e das práticas cotidianas de saúde. A temporalidade dos documentos também constitui uma limitação, já que a crise sanitária e ambiental é dinâmica e pode sofrer

mudanças rápidas não capturadas nos registros analisados. Por fim, a fragmentação e a falta de transparência em informações governamentais dificultaram a obtenção de dados completos e sistematizados, o que compromete a robustez da análise. Essas restrições não invalidam os resultados, mas indicam a necessidade de futuras pesquisas que integrem metodologias participativas e dados primários para ampliar a compreensão da realidade Yanomami.

REFERÊNCIAS

BUCHILLET, Dominique. **Bibliografia crítica da saúde indígena no Brasil (1844-2006)**. Quito: Abya Yala, 2007.

CARDOSO, Janine Miranda; ARAÚJO, Kizi Mendonça de; OLIVEIRA, Ricardo Antunes Dantas de. Informação e comunicação na Ciência & Saúde Coletiva. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 9, e12872025, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-81232025309.12872025. Acesso em: 23 out. 2026.

CARVALHO, Andiara. **A crise humanitária vivida pelo povo indígena Yanomami associada a necropolítica**: uma análise da insuficiência de ação política brasileira. Relatório de Pesquisa 12. Brasília: Universidade de Brasília, Grupo de Pesquisa Resocie, 25 fev. 2025. Disponível em: http://repositoriomobilizacovid.resocie.org/relatorios-de-pesquisado-repositorio/. Acesso em: 23 out. 2026.

COIMBRA JR., Carlos E. A.; SANTOS, Ricardo Ventura; ESCOBAR, Ana Lúcia (org.). **Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

FIUZA, Alexandre Felipe; DUTRA, Stefany. A resistência das comunidades indígenas e a luta pela demarcação de terras. **Princípios**, [*s. l.*], v. 43, n. 169, p. 88-104, 2024. Disponível em: https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/341. Acesso em: 23 out. 2026.

FONSECA, Antonio Henrique Silva; OLIVEIRA, Henrick Lima de; MENEZES, Katia Maria Lima de. A prevalência da malária entre os Yanomami na região amazônica: a efetividade das ações de diagnóstico e tratamento no período de 2013 a 2023. **Revista Foco**, [*s. l.*], v. 18, n. 6, e8786, 2025. Disponível em: https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/8786. Acesso em: 23 out. 2026.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

JIMENES, Amilcar Aroucha. **Política indígena e indigenismo no Brasil (1980-2024)**. [*S. l.*]: Appris, 2025.

MARTOREDJO, Irvin Benito Ismanto. **Tendências na distribuição da contaminação por mercúrio entre humanos e animais na Amazônia influenciadas pela mineração de ouro em**

pequena escala: uma revisão sistemática. Orientador: Alexandro Cezar Florentino. 2023. 49 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2023.

MELO, José Ivanildo de Oliveira; MARCELINO, Josiel da Silva; AZEVEDO, Ana D'Arc Martins de; TUPINAMBÁ, João Claúdio. Aspectos sociocomunitários da educação ecológica Yanomami de Maturacá/AM. **Revista Habitus**: revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 153-168, 2023. Disponível em: https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/13187/6399. Acesso em: 23 out. 2026.

MEMÓRIA, Nínive Thais Verde Sampaio. **As redes transnacionais de advocacy e o movimento indígena no Brasil**: a demarcação da Terra Indígena Yanomami. 2021. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

MIRANDA, Maíra de Paula Barreto; ALBINO, Eliza Eduarda Assis. As limitações no acesso à justiça pelos povos indígenas no Brasil e a atuação do estado como garantidor de direitos. *In*: CONGRESSO DE DIREITO UNICESUMAR, 2025, Maringá. **Anais** [...]. Maringá: UniCesumar, 2025. p. 1328-1336. Disponível em: https://lgpublica.com/index.php/anaiscdu/article/view/403. Acesso em: 23 out. 2026.

MIRANDA, Maria Eulalia de Moraes. **Violações dos direitos das mulheres indígenas na ditadura militar**: persistências no processo de repressão. 2024. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual do Piauí, Teresina, 2024.

MOREIRA, Nádia Xavier. Inter-relações entre conhecimento tradicional, biodiversidade e defesa nacional. *In*: DIÁLOGOS soberania e clima. [*S. l.*]: [s. n.], 2025. Disponível em: https://soberaniaeclima.org.br/wp-content/uploads/2025/04/Dialogos-Soberania-e-Clima-Especial-Marco-2025-Portugues-04-30-41.pdf. Acesso em: 15 jun. 2026.

OLIVEIRA, Anna Beatriz Costa *et al*. **A crise sanitária na terra indígena Yanomami sob a ótica do Sistema Interamericano de Direitos Humanos**. 2023. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) - Faculdade de Direito de Alagoas, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

PONTES, Luís. História e resistência Yanomami: uma trajetória de luta. **Revista Brasileira de Antropologia**, Brasília, v. 62, n. 3, p. 251-275, 2019.

PORTO, Marcelo Firpo; MARTINEZ-ALIER, Joan. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S503-S512, 2007. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007001600011. Acesso em: 23 out. 2026.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências**

Sociais, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 1-15, 2009. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351. Acesso em: 23 out. 2026.

SILVA, Lucas Cordeiro. **Terras indígenas**: exploração do garimpo ilegal e suas consequências socioambientais. 2022. Monografia (Graduação em Direito) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

SILVA, Luiza Santibañez Nogueira da. **O papel da Organização das Nações Unidas na representação de povos indígenas no cenário internacional**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

SILVA, Zaqueu Jhônathas Santos da; FARIAS, Gabriel dos Santos; SILVA, Gerson Vanderley de Almeida; OLIVEIRA, Maurício de. O uso da telessaúde e telemedicina à profissionais e para usuários como suporte assistencial e informacional: revisão integrativa. **Asklepion**: informação em saúde, Rio de Janeiro, v. 2, n. esp., p. 78-94, 2022. DOI: https://doi.org/10.21728/asklepion.2022v2nesp.p78-94. Acesso em: 10 jun. 2026.

SOUZA, Edivanio Duarte de. Configurações do campo da Ciência da Informação: pluralismo epistemológico e descentração interdisciplinar. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [*s. l.*], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: https://revistas.ancib.org/tpbci/article/view/261. Acesso em: 10 jun. 2026.

STIBICH, Ivan Abeu. **Esforços para a implantação de uma "nova política indigenista" pelas gestões petistas (2003-2016)**: etnografia de um processo com foco na Fundação Nacional do Índio (Funai). 2019.Tese (Doutorado) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

VASCONCELOS, Roberta Silva. **A política pública de saúde indígena na pandemia da COVID-19**: efetividade da dimensão constitucional e suas contradições. 2025. 126 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Centro de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2025.

WATANABE, Júlia; PSCHEIDT, Allan; RODRIGUES, Elisangela. A destruição do meio ambiente e sua relação direta com a saúde dos Yanomami no Brasil. **Atas de Ciências da Saúde**, São Paulo, v. 12, n. 3, 2024. Disponível em: https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/ACIS/article/view/3056. Acesso em: 23 out. 2026.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL) pelo financiamento desta pesquisa (Edital nº 02/2026).